GILBERTO V

O DESAFIO DA CIDADE

NOVAS PERSPECTIVAS DA ANTROPOLOGIA **BRASILEIRA**

CONTRIBUIÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO 2

Coordenação Josef Barat





DITORA CAMPUS LTDA.

Rio de Janeiro 1980

po da Antropologia, refinando seus métodos e assumindo as conseqüêncías teóricas e existenciais de suas mais recentes experiências e inovações. Pretende-se, obviamente, estar contribuindo para uma melhor compreensão da sociedade brasileira.

> Gilberto Velho julho de 1980

CAPÍTULO 1

O ANTROPÓLOGO PESQUISANDO EM SUA CIDADE: SOBRE CONHECIMENTO E HERESIA Gilberto Velho

1

A história da Antropologia, como de qualquer área de conhecimento, pode ser interpretada como um processo contínuo de confrontação entre ortodoxos e heréticos. As posições individuais mudam continuamente em função das trajetórias, das etapas de carreira e de diversas transformações existenciais. Nem todos os jovens antropólogos são heréticos e nem os mais velhos são necessariamente defensores da ortodoxia. Em certas situações, aliás, a tendência pode ser exatamente a inversa.

Há algo de peculiar à Antropologia ou, talvez, às ciências sociais em geral. No Brasil, sem dúvida, o seu processo de legitimidade é bem recente e está longe de se ter completado. Um físico é um cientista, um biólogo também, mas até que ponto se reconhece o antropólogo, não só em termos de senso comum mas mesmo no nível da comunidade científica propriamente dita? Por outro lado, cabe também perguntar se interessa ao antropólogo vestir o uniforme de cientísta com todos os estereótipos a ele associados — o laboratório asséptico, o guarda-pó branco e, mais recentemente, computadores e parafernálias eletrônicas. Esta, afinal de contas, é apenas uma das imagens possíveis. Existe também a do sábio solitário mergulhado em bibliotecas, cercado de manuscritos, obras raras, velhos livros e jornais. É a imagem do humanista e do pesquisador de gabinete. Temos, ainda, a representação heróica do antropólogo-sertanista, desbravando territórios inóspitos, enfrentando toda série de desconfortos em nome do conhecimento e, em vários casos, em

defesa dos grupos nativos. Outra imagem, menos gratificante, é a do antropólogo a serviço conscientemente, ou então como um boboca despolitizado, de poderosos interesses voltados para a pilhagem dos pobres e oprimidos. É representado como ponta-de-lança do colonialismo, imperialismo, agente do Estado opressor ou das multinacionais.

Sem dúvida, é um quadro confuso, contraditório e capaz de provocar bastante ansiedade em qualquer profissional - jovem, maduro ou venerável. Portanto, volto à questão das peculiaridades da Antropologia. Até que ponto é possível ser ortodoxo em uma área de conhecimento que nunca, na realidade, criou princípios realmente compartilhados por seus praticantes? Temos, por exemplo, a valorização do longo e meticuloso trabalho de campo à la Malinowski. Muitas vezes, quando perguntados sobre a especificidade de nosso trabalho dentro das ciências sociais, acionamos o tema da observação participante, do convívio prolongado com os grupos estudados, com a paciente e perseverante estadia junto aos nativos. Sabemos, no entanto, que Lévi-Strauss passou semanas com os Nambiguara, Evans-Pritchard não mais de alguns meses com os Nuer e que Marcel Mauss só realizou uma rápida viagem de estudos a Marrocos, o que não impediu que construíssem obras ricas e definitivas. Seriam exceções, figuras ímpares, impossíveis de servirem de modelo devido a sua excepcionalidade? Ou seriam uma demonstração clara de que não há cânones nem regras rígidas em um trabalho que depende muito de sensibilidade e intuição? É claro que, por detrás destas rápidas estadias (segundo padrões malinowskianos) existia um sólido conhecimento provindo de anos de estudo e preparação. Chega-se ao óbvio - é impossível fazer boa antropologia sem ter um preparo teórico. Surgem outros problemas, no entanto: O que é um bom preparo teórico? O autodidatismo de Nimuendaju não desmentiria esta necessidade? É importante lembrar que o pesquisador alemão estava longe de ser pessoa inculta, embora sem formação acadêmica regular, e, além disso, manteve importante correspondência com Lowie que, em várias ocasiões, fez muito mais do que sugerir ou dar indicações. Pode-se falar mesmo em trabalho associado dos dois pesquisadores¹. Sem dúvida, viajantes e exploradores, como Sir Richard Burton, não só reuniram dados mas fize-

ram interpretações altamente relevantes para o desenvolvimento da Antropologia. Há ainda vários exemplos de jornalistas e escritores cujos trabalhos, de várias maneiras, anteciparam ou foram além dos de cientistas sociais treinados. Ou seja, é claro que em muitos casos uma formação acadêmica não é suficiente para produzir bons pesquisadores e intérpretes da vida social e estes não são necessariamente profissionais de formação regular. Há, portanto, mais uma obviedade a ser constatada - não existe a formação acadêmica para um antropólogo. Estamos ainda engatinhando, discutindo fórmulas, maneiras, estilos e nos envolvendo em contínuas polêmicas com alunos e com colegas. Mas isto é sobretudo uma questão interna. A Antropologia tendeu a apresentar uma fachada para uso externo onde o interesse pelo exótico e distante, o penoso trabalho de campo e um certo tipo de bibliografia clássica constituíam as marcas de diferenciação. Isto se explica por n razões. A necessidade de constituir uma identidade própria, demarcar fronteiras institucionais, departamentais, a luta por recursos, faz com que encontremos no mundo acadêmico-universitário uma tendência à especiatização e à diferenciação que não pode apenas ser explicada pela crescente complexificação do conhecimento. Pode-se imaginar que a escassez de recursos possa provocar, em certos casos, uma aglutinação e fusão de grupos e setores em unidades mais amplas e diversificadas. Mas, de um modo geral, esta não tem sido a direção mais frequente contemporaneamente.

2

Longe de mim pretender esvaziar o trabalho antropológico de sua especificidade. Pelo contrário. Mas acho que deve ser entendido de forma mais complexa tanto para uso interno como externo se é que existe necessidade desta dualidade.

Já discuti a questão da distância como possível variável propiciadora de maior isenção e objetividade². O ponto básico é que distância assim como proximidade e familiaridade são noções que devem ser relativizadas e colocadas no contexto adequado de discussão. Familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim

¹ Ver, de Luiz de Castro Faria, "Estados do Campo Intelectual e Trajetórias Profissionais — A Exemplaridade de Curt Nimuendaju" — Comunicação apresentada no Simpósio A Pesquisa Etnológica no Brasil, Rio de Janeiro, Museu Nacional/Academia de Ciências, iunho de 1978.

² Ver o meu artigo "Observando o Familiar", em *A Aventura Sociológica*, Rio, Org. Edson Nunes, Zahar, 1978.

como vialar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos. Estes atuarão em outros contextos diante de novos objetos. Ou seja, ir para outra sociedade e/ou cultura não nos transforma em tábulas rasas. É claro que são níveis diferentes de envolvimento e, em princípio, poderemos estranhar situações e fatos que são naturais para o nativo. Mas se este estranhamento não for elaborado, poderá ser apenas uma reação preconceituosa de espanto diante do inusitado. Poderemos privilegiar dados que dentro da cultura em pauta tenham outro peso e significado pois são naturais. Daí a importância de procurar perceber como os indivíduos da sociedade investigada constroem e definem a sua realidade, como articulam e que peso relativo têm os fatos que vivenciam. Ora, o ponto que enfatizei em "Observando o Familiar" é que dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento. Vivemos experiências restritas e particulares que tangenciam, podem eventualmente se cruzar e constantemente correm paralelas a outras tão plenas de significado quanto as nossas. A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Isto fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade provinda da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias3. Sob uma perspectiva mais tradicional poder-se-ia mesmo dizer que é exatamente isto que permite ao antropólogo realizar investigações na sua própria cidade. Ou seja, há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao "nativo" fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos. Não foi à toa que alguns dos primeiros trabalhos de Antropo-Ionia Urbana foram estudos de minorias étnicas, imigrantes e, mais tarde, de grupos desviantes, em se tratando de trabalhos realizados na sociedade do investigador. Não é, no entanto, uma questão pacífica pois, ao lado das diferenças, existiriam para vários teóricos certas características comuns que, definindo uma cultura, envolveriam todos os seus

membros em uma rede de significados específica, em contraste com outras culturas. A idéia básica é que a sociedade é um sistema anterior. em termos lógicos, pelo menos, às diferenças e divergências que só podem ser entendidas em função da lógica do todo já dado. Assim, de alguma forma, mesmo os comportamentos mais contraditórios seriam de alguma maneira complementares, ao nível do funcionamento da totalidade⁴. O problema do antropólogo, neste caso, seria ir além da percepção das diferenças e mesmo dos conflitos para captar a lógica que define a especificidade da experiência de um sistema cultural particular. Sem nenhum sentido pejorativo que, obviamente, não cabe como assinala Da Matta^s, esta perspectiva seria mais funcionalista do que as que vêem a sociedade como consequência, produto nunca acabado da interação e negociação da realidade efetivadas por grupos e mesmo indivíduos cujos objetivos e interesses são, em princípio, potencialmente divergentes. As instituições, sob este ponto de vista, nunca expressam consenso mas sim um equilíbrio instável e precário que deve ser sempre percebido através de sua dimensão política de negociação e dominacão⁶. Isto não significa que não existam áreas de consenso e regras partilhadas que permitem a própria continuidade da vida social. Mas a eficácia e persistência destes mecanismos constituiriam em questão em aberto.

De um modo geral, mas mais dramaticamente para quem estuda sua própria sociedade, coloca-se o problema de como o antropólogo vai enfrentar seus limites de homem de uma cultura ou de uma classe, segmento ou grupo social. Seja como participante do todo mais abrangente, seja como membro de uma de suas partes, sua visão de mundo estará marcada e, de alguma maneira, comprometida. Que tipo de trabalho é possível nestas condições? Quão confiável é o tipo de conhecimento obtido dentro deste quadro?

³ Ver "A Organização Social do Meio Urbano", de Gilberto Velho e Luís Antônio Machado, em *Anuário Antropológico 76*, Rio de Janairo, Tempo Brasileiro.

⁴ Esta colocação é fundamental, por exemplo, na obra de Louis Dumont. Ver *Homo Hierarchicus*, Paris, Gallimard, 1966.

⁵ Ver, de Roberto Da Matta, *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*, a sair, Editora Vozes.

⁶ Ver o meu artigo "A Contribuição da Antropologia Social para o Estudo do Comportamento Desviante", em *Desvio e Divergência, Uma Crítica da Patologia Social*, Rio, Zahar, 3ª ed., 1979.

Ora, seja estudando Esquimós, índios do Xingu, camponeses, operários ou membros de seu próprio grupo, o pesquisador sempre terá que se defrontar com dois aspectos ou características de qualquer investigação antropológica. Como mostra Geertz seu trabalho é de natureza interpretativa. Não uma interpretação de dados brutos, "objetivos" e "naturais", mas uma interpretação de interpretações. O antropólogo lida e tem como objetivo de reflexão a maneira como culturas, sociedades e grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências, Neste sentido sua tarefa consiste em captar o arbitrário cultural que define toda e qualquer sociedade. O problema teórico com que nos defrontamos é perceber a abrangência destes sistemas de classificação e representações. Interpretar o arbitrário que caracteriza e distingue experiências culturais é tarefa complexa em qualquer investigação antropológica, seja qual for a distância envolvida. Mas com isso não nego a existência de problemas metodológicos particulares de que deve estar consciente o antropólogo de sua própria sociedade. De qualquer forma ele partilha representações com círculos mais amplos. Volta-se à questão clássica mannheimiana sobre as possibilidades do intelectual alçar-se, desprender-se de suas determinações sociológicas mais imediatas, atingindo uma visão mais globalizadora e abrangente. Talvez a posição do antropólogo seja muito específica mas é possível que, de certa maneira, constitua um caso limite dentro da intelligentsia. Isto porque para realizar seu trabalho precisa permanentemente manter uma atitude de estranhamento diante do que se passa não só à sua volta como com ele mesmo. Não encaro isto como uma superioridade mas como uma especificidade. O que outros intelectuais, inclusive artistas, muitas vezes conseguem perceber o arbitrário da vida social — para o antropólogo coloca-se como característica permanente e pré-requisito para a realização de seu trabalho. O movimento mais dramático coloca-se quando o pesquisador volta-se para o seu próprio cotidiano neste processo de estranhamento. Isto é possível, sem necessariamente levar à loucura, porque a vida social e a cultura se dão em múltiplos planos, em várias realidades que estão referidas a níveis institucionais distintos. O indivíduo na sociedade moderna move-se entre esses planos, realidades, níveis e constitui sua própria identidade em função deste movimento. Enquanto na sociedade tradicional, segundo a ótica de Dumont, categorias sociológicas mais amplas englobam e definem o indivíduo biológico que não assume a posição de unidade significativa, na sociedade moderna o individualismo

torna-se a ideologia dominante. É a partir justamente daí que é possível haver e fazer Antropologia. O indivíduo destacado das instituições que o englobavam, representado como sujeito, ganha as condições para o estranhamento. Este se expressa, por exemplo, através do herói romântico que constrói sua identidade com uma história peculiar que o distingue da família e de outros indivíduos. Trata-se do desenvolvimento da noção de biografia, onde a subjetividade individual assume um significado e importância jamais vistos. O indivíduo tem um valor em si mesmo, por si mesmo, e tudo se torna significativo em função da maneira como ele elabora subjetivamente a realidade à sua volta. É a sua experiência individual que é relevante, atravessando as fronteiras físicas e simbólicas de sua rede de parentes, comunidade, etc. Ora, o antropólogo não só vive como qualquer contemporâneo a possibilidade da experiência do estranhamento, mas é para isto treinado e preparado, embora este processo de socialização nem sempre esteja claro para os que dele participam, quer como discípulos quer como mestres. Ao ter acesso à já mencionada bibliografia clássica, ao tomar conhecimento da etnografia de culturas as mais diversificadas, o estudante vai, aos poucos, acumulando um potencial de estranhamento em relação às suas próprias vivências. Isto pode variar muito em termos individuais e creio que ainda não sabemos explorar este potencial, em grande parte devido aos preconceitos de profissionais que insistem que "antropólogo tem é que estudar índio". Ora, é óbvio que acho que Antropologia nunca deve se afastar das sociedades tribais e tradicionais. Pelo contrário, deve mantê-las não só como objetos de pesquisa e reflexão por si mesmas mas como referências básicas que permitem manter a preocupação comparativa como característica essencial de nosso trabalho. Mas, por outro lado, não há como fugir nem retardar mais o processo de assumir o estudo antropológico de nossa sociedade e cultura como tarefa fundamental. Neste sentido o intercâmbio com outras disciplinas e áreas de conhecimento como a História, a Filosofia, a Arqueologia, etc., é indispensável. Já temos hoje resultados acumulados suficientemente ricos e significativos para servir de suporte e apoio. Há que reunir e discutir estes trabalhos, fazer críticas e autocríticas, não desanimar diante das dificuldades e derrotas normais em qualquer nova etapa de desenvolvimento de uma disciplina. Há que valorizar as contribuições específicas que a tradição e o método antropológicos têm a oferecer para a compreensão da sociedade moderna, particularmente a brasileira, complementando outras perspectivas e abordagens,

A Antropologia tem grande vantagem de ter uma saudável tracição de ceticismo e crítica que pode nos ajudar a rever e superar as idéias velhas e preconceituosas. Não creio que o estudo da própria sociedade seja uma heresia dentro da trajetória da reflexão antropológica mas significa, sem dúvida, uma ampliação e complexificação de nosso campo de estudos. Logo é uma tarefa a ser assumida com todos os riscos e desgastes que envolve.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO FARIA, Luiz de — "Estados do Campo Intelectual e Trajetórias Profissionais — A Exemplaridade de Curt Nimuendaju" — Comunicação apresentada no Simpósio *A Pesquisa Etnológica no Brasil*, junho de 1978, Rio de Janeiro, Museu Nacional/Academia de Ciências.

DUMONT, Louis - Homo Hierarchicus, Paris, Gallimard, 1966.

- VELHO, Gilberto "Observando o Familiar", em *A Aventura Sociológica*, Rio, Org. Edson Nunes, Zahar, 1978.
- "A Contribuição da Antropologia Social para o Estudo do Comportamento Desviante", em *Desvio e Divergência, Uma Crítica da Patologia Social*, Rio, Zahar, 3ª ed., 1979.
- VELHO, Gilberto e MACHADO, Luís Antônio "A Organização Social do Meio Urbano", em *Anuário Antropológico 76*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.